

DJ 20549

DER vai coordenar transporte coletivo

A responsabilidade de coordenar o transporte coletivo intermunicipal, que atualmente é do Detran, vai passar para o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) até o fim do ano. Segundo informou o assessor técnico da diretoria do órgão, José William Cabas, a modificação do sistema deve gerar mudanças na maneira como é conduzida hoje a política dos transportes. Ele não revelou, entretanto, quais seriam elas, afirmando que isso vai depender de como se processar a reforma administrativa do DER.

A transferência de responsabilidade do Detran para o DER vem atender ao que determina a Lei 3043, que estabeleceu as bases para a reforma administrativa no Estado, e que atribui à Secretaria do Interior e dos Transportes, à qual está subordinado o DER, "o controle e fiscalização da concessão de serviços e dos padrões de segurança e de qualidade do setor de transportes".

Paralelamente, o DER junto com a Polícia Militar, formou uma comissão para a criação e implantação da Polícia Rodoviária Estadual, órgão que antes de nascer já recebeu seis viaturas de fiscalização através de um convênio feito por diversas entidades governamentais. Quando estiver operando a Polícia Rodoviária terá a incumbência de vigiar 701 quilômetros de estradas estaduais asfaltadas, sendo que as não pavimentadas só receberão assistência esporadicamente.

No seu artigo 32, a lei de número 3043 especifica o seguinte: "A Secretaria do Estado do Interior e dos Transportes tem como âmbito de ação o planejamento setorial das atividades substantivas de responsabilidade da Pasta; o controle e supervisão de obras e de serviços de iniciativa do Estado nos setores de saneamento, recursos hídricos, energia e comunicações.

— A integração com entidades e programas federais voltados para a infraestrutura econômica para coordenação e articulação dos interesses do Estado e de municípios na obtenção de recursos financeiros e de apoio técnico especializado; os serviços e atividades relativas à aerofotogrametria e cartografia para os vários fins, inclusive de demarcação de limites e fronteiras.

— A promoção das medidas que conduzam ao uso e aplicação integrados dos recursos naturais não renováveis; a promoção das medidas para a implantação da política estadual de viação; o controle e orientação permanente dos órgãos e entidades integrantes do sistema comandado pela Pasta; o controle e fiscalização dos custos operacionais do setor e a promoção das medidas visando a maximização dos investimentos do Estado nas diferentes modalidades de transporte; o controle e fiscalização da concessão de serviços e dos padrões de segurança e de qualidade do setor de transportes.

Como o DER está sob a órbita da Secretaria do Interior e dos Transportes,

está realizando sua reformulação administrativa, que criará um órgão encarregado de cuidar do transporte intermunicipal, de cargas e passageiros, função que atualmente é exercida pelo Detran. Esta providência deverá estar efetivada até o final do ano, embora não se saiba exatamente quando a nova divisão do DER começará a funcionar.

Sabe-se apenas que há uma certa urgência para isso, pois segundo informou ontem o engenheiro José William, "a Divisão de Tráfego e Trânsito deve começar o mais rápido possível". Independente disso, foi criada exatamente como ficará a posição do Detran, depois disso, mais apenas que este órgão não deixará de existir.

Independente desse novo esquema de coordenação do transporte de passageiros e cargas entre os municípios do Estado, o DER, junto com a Polícia Militar, formou uma comissão cujo objetivo é formar a Polícia Rodoviária Estadual, que terá como finalidade fiscalizar as estradas sob a responsabilidade do Governo do Estado do Espírito Santo.

A comissão foi regulamentada pelo decreto 161-B, de 28 de março deste ano, e em sua primeira reunião, realizada na semana retrasada, foi decidido que dois de seus integrantes, um engenheiro do DER e um oficial da PM fariam visitas aos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, onde as polícias rodoviárias estaduais, por serem bem constituídas, serviriam de exemplos.

Isso foi feito no período de 7 a 13 deste mês, tendo sido colhido um farto material, que será estudado e analisado em uma reunião a ser realizada esta semana pela comissão, após o que será elaborado um relatório, a ser encaminhado ao diretor geral do DER e ao governador do Estado.

OS EQUIPAMENTOS

Até agora, o órgão já recebeu seis viaturas, da linha Caravan, marca Chevrolet, como fruto de um convênio firmado entre os ministérios da Justiça, Minas e Energia, Transportes, Governo do Espírito Santo, com interveniência do Departamento Nacional de Trânsito (Detran), Conselho Nacional de Petróleo (CNP), Polícia Militar do Estado, Detran e DER.

A finalidade do convênio é intensificação da fiscalização das rodovias estaduais, visando a campanha de racionalização da gasolina e óleo diesel e diminuição do índice de acidentes automobilísticos. Elas vão patrulhar, em princípio, 4.583 quilômetros de vias sob a responsabilidade do Estado.

Contudo, somente os 701 quilômetros pavimentados receberão assistência intensiva, ficando os demais 3.892, com leito de terra, vigiados apenas esporadicamente. Segundo o engenheiro José William, isso vai ocorrer porque nas estradas não pavimentadas a velocidade é naturalmente reduzida.